

ESTUDOS DE GUERRA E PAZ NAS NAÇÕES DEMOCRÁTICAS: ALÉXIS DE TOCQUEVILLE, A FILOSOFIA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Roberta Pereira de Santana Gordo*

Resumo: Os papéis desempenhados pela guerra e paz na teoria política de Tocqueville têm despertado o interesse de estudiosos principalmente no que tange os países democráticos e suas relações no sistema global. Alguns autores como Grotius e Immanuel Kant se dedicaram, igualmente ao filósofo francês, a temas relacionados à guerra e paz entre as nações, outros estudiosos vêem com certo estranhamento o paradoxo desenvolvido por Tocqueville em seu texto “Democracia na América”, quando o autor desenvolve uma teoria para a guerra e a paz nas nações democráticas. Defendo, ao longo deste artigo, que a leitura dos textos políticos e morais de Aléxis de Tocqueville no contexto do debate sobre guerra e paz nas relações internacionais leva a crer que ao falar em paz, o filósofo francês tem em mente um uma visão rica, sintética e diferenciada.

Palavras-chave: Tocqueville, guerra, paz, relações internacionais, filosofia.

Abstract: The roles played for the war and peace in the politics theory of Tocqueville have raised the interest of studios mainly in what it refers to democratic countries and its relations in the global system. Some authors as Grotius and Immanuel Kant had been dedicated, equally to the French philosopher, the related subjects the war and peace between the nations, other researchers see with certain queerness the paradox developed for Tocqueville in his text “Democracy in America”, when the author develops a theory for the war and the peace in the democratic nations. I defend, throughout this article, that the reading of the texts politicians and moral of Aléxis de Tocqueville in the context of the debate on war and peace in

the international relations leads to believe that to speech in peace, the French philosopher has in mind one vision that is rich, synthetic and differentiated.

Key-words: Tocqueville, war, peace, international relations, philosophy.

*Demasiado liberal para o partido de onde ele
provém, não muito entusiasta por idéias novas
aos olhos dos republicanos, ele não foi adotado
nem pela direita nem pela esquerda, ele
permanece suspeito a todos.*

Aron Raymond

Aléxis Charles Henri Maurice Clérel de Tocqueville nasceu em Paris em 29 de julho de 1805 e morreu em Cannes a 16 de abril de 1859. Viveu em um dos períodos mais atribulados da história francesa durante o século XIX, nasceu pouco tempo após a Revolução Francesa, sobre a qual escreveu uma obra. Foi um pensador político e um historiador francês, liberal por formação e opção. Em suas obras defende principalmente a liberdade e a democracia.

Este pensador francês ocupou o cargo de Ministro de Assuntos Estrangeiros da França em 1849 e por sua posição já se pode concluir que ele tinha uma visão globalizante tanto ao tratar da segurança francesa, como sua relação com os outros países. Ao proceder sua análise da democracia na América, Tocqueville apresentou-nos um conjunto de características estruturais que se assemelham ao nosso presente, tais como, paz, relações internacionais, guerras, conflitos civis, revoluções, relações humanas e políticas, ideologias, etc.

Tocqueville medita de forma brilhante sobre as relações internacionais. Suas convicções liberais, sua explanação sobre guerra e paz, sua análise da posição da França no contexto internacional, a defesa dos interesses de seu país, a análise da realidade de outros países, seu comprometimento com a democracia, entre outros te-

* Mestranda em Filosofia na Universidade Federal de Goiás.

mas, por ele abordados, o tornam sem dúvida alguma um importante marco nos estudos da Filosofia e das Relações Internacionais.

O conceito de nação democrática neste pensador aparece como uma tendência limite da ação política entre as nações, pois, segundo o autor, uma guerra envolve todos os países vizinhos e os atinge igualmente no sentido de que ambos estão entrelaçados com os mesmos interesses. Este pensador traça um fio que liga os fenômenos guerra, paz, democracia e relações internacionais. Acredito que as obras de Tocqueville se encaixam perfeitamente no mundo contemporâneo, pois sua obra revela que a paz democrática é a saída para a continuidade das relações no sistema internacional.

I Tocqueville e o paradoxo que envolve a questão entre guerra e paz nas nações democráticas

I.1 Guerra e paz para as nações democráticas: a igualdade de condições e a agitação política

Em Tocqueville, a denominação do termo *guerra* está relacionada à eventualidade, uma vez que segundo suas próprias palavras “a guerra é, não obstante, um acidente a que todos os povos estão sujeitos”.¹ Ou seja, obstante seu sentimento acerca da guerra e da paz, os povos, democráticos ou não, devem estar preparados para repelir agressões e, logo, possuir um exército. Em outras palavras, embora a igualdade de condições, os costumes e as instituições

¹ Tocqueville, Aléxis de. *Democracia na América*, p. 316: “A guerra é, não obstante, um acidente a que todos os povos estão sujeitos tanto os democráticos quanto os outros. Seja qual for o gosto que tenham pela paz, precisam estar prontos a repelir a agressão ou, em outras palavras, precisam possuir exército... A igualdade de condições e os costumes, bem como as instituições que dela resultam, não isentam os povos democráticos da necessidade de exércitos permanentes”.

que resultam desta igualdade levem os povos a uma evolução humanitária isso não isenta os povos democráticos da necessidade de exércitos permanentes.

Segundo nosso autor, existem causas que contribuem de maneira sensível e considerável para se extinguir o espírito militar nas nações democráticas. Com as guerras, as propriedades, os bens e as riquezas que foram continuamente construídos são rapidamente devastados. Além disso, a mansidão dos costumes, a disposição para a piedade inspirada pela igualdade e, por último, o que o autor denomina *frieza da razão* que torna os homens pouco sensíveis às emoções violentas e a armas, são igualmente algumas das causas que levam as nações democráticas a serem naturalmente desejosas da paz. Acontece que, em Tocqueville, na medida em que as sociedades civilizadas evoluem em um sentido social mais igualitário os povos passam, cada vez menos, idealizar ou almejar tempos sombrios marcados por guerras.

Para Tocqueville, a igualdade promove estes sentimentos nas sociedades democráticas e faz com que, de todos os exércitos, os democráticos sejam mais ardentemente desejosos da guerra e das nações, as democráticas sejam mais desejosas da paz. Enquanto que nas sociedades democráticas todos se vêem iguais e descobrem a possibilidade de mudar sua condição financeira e, portanto, melhorar seu bem estar material levando-os conseqüentemente a desejarem a paz, pois em tempos de paz as indústrias progridem continuamente; por outro lado, essa mesma igualdade faz com que os soldados sonhem com as guerras, as honras militares e suas possibilidades de ascensão. Para os militares, sua categoria na sociedade civil dependerá de seu posto no exército o que instiga cada vez mais sua ambição militar e o desejo pelas guerras como fonte de ascensão. Em ambos os pontos de vista as motivações que conduzem os homens são as mesmas, o espírito de igualdade, o gosto pelas coisas agradáveis, a possibilidade de sucesso e a ambição; porém, os meios utilizados para satisfazer esses desejos são distintos, a saber: a paz e a guerra.

Seguindo este raciocínio, pode-se inferir que, em geral, as nações democráticas, embora sejam inclinadas para a paz por seus próprios interesses, são, contudo, constantemente levadas à guerra e revoluções pelos seus exércitos. Por isso Tocqueville diz que “os exércitos democráticos exercem uma poderosa influência sobre o destino da nação”.²

O fato é que este paradoxo que dá movimento às sociedades democráticas as põe em constante perigo. Nas sociedades democráticas a maioria tem propriedades que desejam preservar de um eventual estado de guerra que as devastaria, porém as guerras são conduzidas por homens que, em sua maioria, não possuem propriedades para preservar e, logo, não temem revoluções e guerras. Mesmo porque estes tempos de guerra e de revoluções, uma vez que são estes tempos sombrios, é que lhes dão o poder de ascensão e prestígio, desejo ardente e contínuo que significa sua própria existência.

Tocqueville aborda os fatos que envolvem esta analogia, pois segundo suas palavras, a guerra tem grandes vantagens e perigos que foram rapidamente por ele abordados. A guerra alarga quase sempre o espírito dos povos e eleva seu caráter e em alguns casos é o único freio ao crescimento excessivo de propensões que surgem da igualdade de condições. A guerra seria um remédio para a nação se essa almejasse sempre a glória como o faz o exército, que se alimenta de conquistas e se torna cada vez mais impaciente depois de saborear um período de guerra. Apesar de suas vantagens

² Idem, p. 316: “... é, portanto de importância singular inquirir quais as propensões naturais dos homens que compõem esses exércitos... Nos exércitos democráticos todos os soldados se podem tornar oficiais, o que torna geral o desejo de promoção e alarga incomensuravelmente os limites da ambição militar... Nas nações democráticas, acontece muitas vezes que os oficiais não têm propriedade além de seu soldo e nenhuma distinção além das honras militares... Nos exércitos democráticos, o desejo de avançar de posto é quase universal, é ardente, tenaz, contínuo, é fortalecido por todos os outros desejos, e só se apaga com a própria vida”.

nosso autor diz que não devemos nos iludir com a guerra, pois ela satisfaz o exército, mas exaspera a multidão de homens cujas paixões necessitam de paz para dar continuidade a seu progresso e satisfazer suas necessidades com tranqüilidade. Sem contar que a guerra pode pôr em perigo a liberdade uma vez que aumenta, imensamente, os poderes do governo civil colocando em suas mãos as vidas dos homens e seus bens.

É importante entender que o princípio da igualdade abre na teoria tocquevilliana a porta da ambição a todos os homens. Quando uma guerra prolonga-se arranca os cidadãos de suas vidas pacíficas aniquilando todos os seus empreendimentos e a mesma paixão que tinham pela manutenção da paz se transfere para as armas da guerra. Porque depois de destruir a economia do país a guerra se torna a própria indústria desta mesma nação. A esta guerra se voltam agora os ambiciosos ardentes que nasceram da igualdade. Inferre-se aqui que as nações democráticas são difíceis de arrastarem-se aos campos de batalha, mas quando ali chegam fazem coisas prodigiosas com as armas nas mãos. Isso porque as guerras trazem à luz o desejo ardente que os homens das democracias têm de adquirirem depressa os bens que cobizam gozando-os com facilidade. Com este espírito, elas conduzem o comércio e as indústrias nas nações democráticas e também a guerra quando estão nos campos de batalha visando assim, um momento de recompensas da vitória posterior. A grandeza militar passa a satisfazer o povo democrático, pois gera uma grandeza súbita e sem o uso árduo do trabalho, mas com o uso de sua própria vida.

Nosso autor adverte, igualmente, sobre os perigos de uma paz prolongada, que legaria à nação um exército enfraquecido e idoso e aos oficiais hábitos que não lhes permitiriam conseguir manter-se em severos tempos de guerra, pois estarão despreparados para as armas. Outro grande mal que esta paz pode trazer é legar aos jovens oficiais valores deturpados e hábitos exasperados dos velhos oficiais que acabariam por deixar o exército, independente de idade, idoso por completo. Neste sentido, encontramos aqui

mais um paradoxo, pois enquanto o interesse e os gostos afastam os cidadãos de uma sociedade democrática das guerras, os hábitos de seu espírito (a ganância, a ambição, o egoísmo, etc) os preparam para fazê-la.

Tocqueville não estimula as guerras, mas concorda que elas ataquem o espírito militar e militam contra o perigo da tranquilidade. Ele não faz apologia às guerras, pois para ele, elas centralizam o poder; mas, a tranquilidade, por outro lado, às vezes é um grande perigo político, maior do que a própria guerra. Segundo Boesche, em Rousseau tranquilidade e liberdade aparecem como termos incompatíveis, pois o contentamento pode ser perigoso. Para Tocqueville, do mesmo modo, a agitação pode fortalecer o Estado, pois a agitação política leva a aliviar problemas tais como: isolacionismo, política reduzida a meras querelas de interesses próprios, a falta de participação política, entre outros citados por Boesche.

Acerca da agitação pública, primeiramente o filósofo francês acredita que a agitação cria uma tensão pública que mitiga contra o egoísmo e a tendência do ser humano de migrar para um mundo privado. Em segundo lugar, os debates que emanam da agitação pública livremente forçam os cidadãos a retornarem e reafirmarem seus princípios fundamentais de liberdade e moralidade. Assim, liberdade e moralidade precisam de tensão para se manter vivas. Segundo as palavras do próprio Tocqueville, “a liberdade frequentemente é estabelecida com dificuldade no meio de tempestades”. Em terceiro lugar, o autor argumenta que os tempos de tensão trazem sublimes ambições, indivíduos que almejam fama e são inspirados por grandes ideais. Agitação pode criar, assim, confiança e orgulho, sentimentos essenciais em tempos em que os homens se desprezam por suas opiniões e se satisfazem apenas em vulgares prazeres. Em quarto lugar, a agitação milita contra um temor do poder político, um temor que força obediência. As pessoas raramente se vêm contra as autoridades, os costumes e os hábitos. Neste sentido, a agitação tira os homens da inércia. Finalmente a agitação injeta energia no interior do corpo político, simulando idéias, comércio e

esforços políticos. O autor francês assume assim, que as eras revolucionárias geram grandes idéias e embora condene as revoluções, admira a excitação que elas produzem nos povos democráticos.

1.2 Guerra e paz entre as nações democráticas: a relação entre virtude, patriotismo, liberdade, igualdade e instituições livres

Analisaremos a guerra e a paz entre as nações democráticas sob dois pontos de vista, a saber: a óptica interna aos países democráticos e a externa que reflete nas relações internacionais.

Primeiramente, percebe-se que virtude, dignidade, moral, honra e glória são palavras que brotam do vocabulário político de Tocqueville. E ele acredita que elas emergem em momentos de glória e grandiosas ações políticas. Sendo que a virtude, assim como esclarece Diderot referendado por Boesche, “sem virtude as pessoas poderiam se deteriorar em uma vil multidão de seres felizes”.³ Semelhante a Diderot, para Tocqueville algumas coisas têm mais valor do que a felicidade.⁴ Ele ama a liberdade e quanto mais refletia sobre isso mais se convencia de que nem a política e nem a moral podem subsistir sem ela. Ainda para nosso autor, a virtude abriga a liberdade, e assim como Montesquieu, Tocqueville assume uma forte ligação entre as duas, “mas o que é virtude senão a liberdade de escolha do que é bom?”.⁵ Percebe-se que honra, virtude e glória são palavras que Tocqueville abraça, porque para ele são os atribui-

³ Boesche, R. *The strange Liberalism of Alexis de Tocqueville*, p. 213.

⁴ “Like you, like all men, I feel within me an ardent passion that carries me away toward limitless happiness, and makes me consider the absence of that happiness to be the greatest misfortune... But that, you can be sure, is a foolish passion that must be fought. The feeling is not manly an cannot produce anything that is. Life is neither a pleasure nor a sorrow, it is a serious affair with which we are charged, and toward which our duty is to acquit ourselves as well as possible”. (Ibidem).

⁵ Tocqueville, A. *Democracia na América*, p. 106.

tos que continuamente comandam a individual atenção dos cidadãos.

Este desejo por glória justifica o real interesse do filósofo francês por estados nações, glória que encoraja ambições para se alcançar os sentimentos de aprovação e reputação. Embora nosso autor diga que vastos impérios são ardentes pela liberdade ele sugere também que estes impérios amam a glória e, para obtê-la, promovem o aumento do conhecimento e o avanço da civilização a qualquer custo, como provocando guerras, por exemplo. Isso ocorre por causa de um individualismo, que nas próximas linhas analisaremos, mas não se trata apenas de um individualismo inerente ao indivíduo, mas, antes, um individualismo que se observa nas relações entre as nações. Este sentimento é reflexo de um nacionalismo extremo que não é defendido por Tocqueville, nosso autor, antes, defende um patriotismo que leve os indivíduos a se envolverem com a coletividade.

Em determinados momentos de sua reflexão o pensador francês parece estar a favor das guerras entre as nações, mas a intenção de Tocqueville aqui é ressaltar a afirmação do patriotismo como o melhor caminho para a humanidade, pois o interesse dos seres humanos se incrementa quando se dá a eles um particular sentimento de patriotismo e não tentando inflamar suas paixões por toda a humanidade, uma vez que os indivíduos nas nações democráticas tendem ao individualismo e não à coletividade. A instigação do patriotismo nos povos seria, portanto, o melhor a se fazer para o desenvolvimento das nações.

O que Tocqueville enxergou diante de seus olhos é que os membros da sociedade civil estavam naturalmente isolados, sendo assim, impotentes, não conseguiam apresentar resistência aos invasores. Isso ocorre porque, segundo nosso autor, nas nações onde prevalece a igualdade de condições cada cidadão possui uma mísera parcela do poder político e por serem independentes todos têm algo a perder com os conflitos armísticos. Daí a necessidade, colocada pelo autor de Democracia na América, de dar aos cidadãos direitos e

caráter político de modo que tenham interesses de defenderem o bem-estar público, uma vez que, a força moral da maioria nos países democráticos é imensa.

Os indivíduos nos países democráticos não são fortes devido a esse individualismo, mas o Estado sim, porque é a representação do poder central. A solução para este problema, visualizado por nosso autor, é a criação de liberdades locais, ou seja, ele enxergava que se deveriam criar poderes locais nas sociedades democráticas, em suas próprias palavras: “não imagino nada mais predisposto para a conquista, em caso de revés, do que um povo democrático que não tenha instituições livres”.⁶

A partir das instituições livres se promove o combate ao individualismo, pois quando os cidadãos são forçados a atuarem nos negócios públicos são necessariamente tirados do meio dos seus interesses individuais. Os homens passam a tratar assuntos comuns entre si e percebem assim, que não são tão independentes de seus semelhantes.

As associações políticas são instrumentos para o exercício da liberdade. Elas unem os indivíduos, pois impedem que um poder central impere e mediam a atuação do Estado; elas são, assim, um exercício pleno da democracia. Estas instituições são um lugar privilegiado para o desenvolvimento do coletivo. Propiciam, assim, o desenvolvimento da liberdade de cada um.

A liberdade na teoria tocquevilliana seria a capacidade de pensar e agir em um espaço público e não privado, aqui me apego tanto à liberdade individual quanto à liberdade política, referendando as palavras de Lefort, pois a liberdade assim, como já previu, *não é localizável*. “Somente a paixão e o hábito da liberdade podem lutar

⁶ Idem, p. 330: “Os príncipes e os líderes das nações democráticas nunca devem esquecer que nada, salvo o amor e o hábito da liberdade, pode competir vantajosamente com o amor e o hábito do bem estar material. Nada posso conceber de melhor preparado para sujeição, em caso de derrota, do que um povo democrático sem instituições livres”.

vantajosamente contra o hábito e a paixão do bem-estar”.⁷ É a partir dos princípios de liberdade e igualdade defendidos por ele que a política deixa de estar apenas no governo político e na administração pública para estar em todas as partes através das instituições livres. É visível a intenção toquevilliana de se ter a coletividade agindo no espaço público, apesar desta coletividade requerer a individualidade de cada indivíduo com aquilo que ele tem para oferecer para o bem comum da nação, uma individualidade sem individualismo. O individualismo faz com que o cidadão se retire da massa e se isole da sociedade com suas próprias crenças, bastando-se a si mesmo. A defesa de Tocqueville é em relação a um sentimento comum de nacionalismo que gere um patriotismo benéfico e necessário para o fortalecimento da nação.

A partir daqui observaremos como a guerra e a paz, entre as nações democráticas, refletem externamente nas relações internacionais. Tocqueville inicia, na página 326 de *Democracia na América*, um retrato das conseqüências do princípio da igualdade nas nações vizinhas e suas relações internacionais⁸. Para ele o princípio da igualdade se espelha não só numa única nação, mas entre várias nações vizinhas ao mesmo tempo. Apesar da diferença cultural e mesmo da língua e leis esses povos estrangeiros passam a se assemelharem em igual temor pelas guerras e igual paixão pela paz. Uma vez que, à medida que a difusão da igualdade se processa por vários países ela faz com que os habitantes de uma dada nação se

⁷ Idem, p. 329.

⁸ “Quando o principio da igualdade se espalha, não só entre uma única nação, mas entre varias nações vizinhas, ao mesmo tempo, como é agora o caso da Europa, os habitantes desses paises, não obstante a diferença de língua, costumes e leis, se assemelham uns com os outros no temor igual que tem da guerra e no amor comum da paz. E em vão que a ambição ou a cólera põem as armas nas mãos dos príncipes, são apaziguados a despeito de si próprios por uma espécie de apatia e boa vontade gerais, que faz com que a espada caia de suas mãos e as guerras se tornem mais raras”. (Idem, p. 326 e 327).

empenhem na produção e no comércio e, desta forma, todas as nações em vias de paz se tornam semelhantes e seus interesses se entrelaçam de modo que se tornam amistosas umas com as outras e não fazem mal a qualquer que seja, pois o mal que cometerem refletirá sobre si próprias. Conforme as palavras do pensador francês: “os povos democráticos que se avizinham não se tornam apenas semelhantes em alguns pontos, conforme acabo de dizer, terminam se parecendo em quase todos”.⁹ Neste sentido a guerra se torna uma calamidade para si e para as demais nações envolvidas¹⁰.

Por este motivo, as guerras se tornam mais raras nas nações democráticas, pois segundo Tocqueville, “uma espécie de apatia e de benevolência universal os aplaca a despeito de si mesmos e faz cair a espada de suas mãos”.¹¹

Porém, a semelhança que envolve as nações vizinhas se torna perigosa em tempos de guerra. Em tempos democráticos é difícil levar as nações às hostilidades, mas se isso vier a acontecer não se restringirá a apenas duas nações envolvidas, mas antes, alastrará as demais nações vizinhas para o conflito armístico. As nações democráticas, se lutarem, lutarão entre várias delas, pois seus interesses estão de tal forma misturados que é impossível que a guerra não reflita em todas as demais. Se as guerras são mais raras entre as nações democráticas, por outro lado quando eclodem tomam maior força e um número maior de países envolvidos.

⁹ Idem, p. 327.

¹⁰ Ibidem: “À medida que a difusão da igualdade se processa por diversos paises, ela impele, ao mesmo tempo, seus vários habitantes a seguirem as manufaturas e o comercio e não só seus gostos se tornam semelhantes, mas seus interesses se misturam e entrelaçam a tal ponto uns com os outros, que nenhuma nação pode fazer mal a outras nações, sem que esses males revertam sobre ela própria, e todas as nações por fim consideram a guerra uma calamidade quase tão severa para o vencedor como para o vencido”.

¹¹ Ibidem.

Infere-se que há um visível paradoxo na teoria de Tocqueville sobre paz e guerra, ele enxergou o mal que as guerras causam às nações democráticas e suas relações e estimula a paz como forma de manutenção do desenvolvimento destas nações, mas por outro lado, não defende a paz prolongada e se excita ante a agitação que as revoluções causam nos povos democráticos. Mesmo este paradoxo, que enriquece ainda mais a leitura tocquevilliana, não deixa de dar crédito ao autor francês por ter observado tão bem as consequências tanto da paz quanto da guerra nas nações democráticas, tidas como pacíficas. Vale ainda, aqui ressaltar que as linhas dedicadas por ele acerca das relações internacionais em *Democracia na América* são de precioso valor para afirmar a teoria da paz democrática, que à frente abordaremos.

II Tocqueville, a paz democrática e as relações internacionais

Recorrerei, neste tópico, à defesa da teoria da paz democrática e a Immanuel Kant para reafirmar as idéias tocquevillianas sobre guerra e paz nas relações internacionais.

A teoria da paz democrática está baseada na lógica kantiana de paz perpétua. Immanuel Kant foi o primeiro filósofo a expor a teoria da paz democrática, que tem sido impulsionada ao longo dos anos. A expansão do sistema democrático e a crescente universalidade dos direitos humanos têm convertido a teoria em um ponto de referência para governantes e teóricos em geral, uma vez que, segundo esta teoria, os países democráticos são menos propensos a fazerem guerras entre si. O êxito da teoria da paz democrática está em que as democracias nunca, ou quase nunca, farão guerras entre si e, caso ocorram desavenças, estas nações as resolverão de forma pacífica e sem ameaças violentas. O que ocorre é que a tradição cultural baseada na resolução pacífica dos conflitos, no controle da estrutura política e os efeitos dissuasivos da opinião pública, adotada pelos países democráticos, explica porque é impossível identificar sem ambigüidade uma guerra entre as nações democráticas nos

últimos anos. Estas nações se enquadrariam na chamada zona de paz.

O vínculo que aqui quero traçar com a teoria tocquevilliana é que a teoria da paz democrática é um dos aspectos promotores da democracia, veementemente defendida pelo nosso autor, e almeja construir a paz dentro da vivência de três ordens existentes, a saber: uma ordem por comunhão, que consiste na homogeneidade e solidariedade do corpo político; uma ordem por ocorrência própria da sociedade aberta; e, por último, uma ordem de governo que assegure a responsabilidade dos governantes ante os governados, o que supõe a designação e a remoção destes governantes de acordo com a vontade dos governados, expressa, assim, em eleições livres.

A coexistência destas três ordens existentes é indispensável para a subsistência, promoção e defesa da democracia. O sucesso das nações democráticas está no fato de que as instituições livres nelas existentes e sua ideologia, lembrando aqui o marco tocquevilliano em defesa das liberdades locais, trabalham em favor de promover a paz democrática.

Como podemos observar o debate sobre guerra e paz inspirou outros autores além de Tocqueville. Em sua obra *Leis da Paz e da Guerra*, Grotius entende o conflito armado como algo fatal quando não necessário e inclina-se a reconhecer o caráter destrutivo deste, propondo assim a necessidade de se legislar sobre seu alcance, restrições, punições, etc. Uma vez governada por leis, a guerra seria devidamente "humanizada", o que acarretaria menos prejuízos financeiros e humanos. E, assim como observa Tocqueville acerca dos cânones do Direito Internacional,¹² as guerras não têm

¹² "De acordo com a lei das nações, adotada nos países civilizados, o objeto da guerra não é confiscar as propriedades dos indivíduos, mas simplesmente tomar posse do poder político. Só ocasionalmente de recorre a destruição de propriedade privada, mas apenas com o propósito de se atingir aquele objetivo".

por objetivo apropriarem-se de bens de particulares, mas sim do poder político da nação.¹³

Em contrapartida a Grotius, Immanuel Kant propõe que se legisle sobre a paz, em outras palavras, ferir a paz seria ferir a lei. Em sua obra *O Princípio Natural da Ordem Política Considerado em Conexão com a Idéia de uma História Cosmopolita*, Kant reconhece o conflito e a discórdia como necessários ao aperfeiçoamento do ser humano, no entanto, afirma que tal conflito é improdutivo se não for balizado pelas regras da sociedade civil. Ainda que naturalmente belicoso, o ser humano possui uma necessidade natural de organização, necessária ao seu aperfeiçoamento e na busca da plenitude. É simples concluir que tal organização só será obtida em um ambiente pacífico e devidamente regulamentado por leis. Em sua obra seguinte, *A Paz Perpétua*, Kant vai além.¹⁴ Inspirado pelos

¹³ Idem, p. 229.

¹⁴ No projeto federalista de Immanuel Kant é levantada a hipótese de que os Estados conviveriam sem guerras com outras repúblicas. Para ele república seria o que hoje denominamos países democráticos. Esta hipótese de que haveria no Sistema Internacional a ausência de um estado bélico tem provocado nas relações internacionais grandes debates, principalmente no que concerne a agenda da política externa. Já na primeira parte de sua obra, Kant inicia com a denominação de artigos preliminares para a concretude de sua paz universal, a título de exemplo quero citar um de seus artigos assim definido: “Nenhum Estado interferirá na constituição e no governo de outro Estado”. Ainda sobre Kant, recorro aqui ao princípio da moral referendando as palavras de Soraya Nour: “O problema inerente a qualquer reflexão ética em relações internacionais origina-se da utilização do discurso moral como forma de imposição e intervenção contra os que são considerados violadores de certos valores, legitimando a tirania de alguns países”. Mas, ainda em Soraya Nour, o desafio está em proceder a uma consideração jurídica da política internacional e a uma consideração ética do direito que não recaiam pura e simplesmente no princípio da moralidade. Porque se deve garantir que os conflitos entre os Estados que venham a infringir o direito internacional sejam julgados segundo critérios políticos e jurídicos e não morais, sendo que o direito deve estar de acordo com os princípios éticos. É a esta proeza que

ideais da Revolução Francesa, idéias que também inspiraram nosso autor francês, Kant pressupõe que a humanidade necessita de estar em paz consigo mesma para então obter a organização indispensável à segurança, sem a qual não há progresso.

Immanuel Kant esclarece que para que a paz seja alcançada é preciso que haja a representação da vontade da maioria que é o embrião da futura democracia, tão louvada por Tocqueville. Assim como Tocqueville, Kant observou que uma das principais vantagens da democracia é a de não realizarem guerras entre si, uma vez que é o governo da maioria, e a maioria tende naturalmente a dar preferência à paz. Assim como propõe Tocqueville, a mansidão dos costumes afirmados pela igualdade e liberdade e a disposição para a piedade, inspirada pela igualdade, levam as nações democráticas a amarem a paz, sem contar que as riquezas construídas em tempos de paz podem ser facilmente devastadas em tempos de guerra.

Analisando as relações internacionais de seu país, Tocqueville declara que a França fez grandes coisas na Argélia e tornando-se praticamente um advogado da dominação francesa neste país declarou que a colonização e a civilização da Argélia foi um momento de glória de sua terra natal. Seus escritos sobre relações internacionais sempre tiveram uma matriz moral, pois, assim como defende Boesche, somente quando os indivíduos se distinguem por um código de honra o mesmo acontece com suas nações.¹⁵ Existem coisas que

se dedica Kant em sua obra filosófica *A Paz Perpétua*, seu objetivo era a paz eterna, fim último do direito das gentes.

¹⁵ Cf. Boesche, R. *The strange Liberalism of Alexis de Tocqueville*, p. 217: “Tocqueville’s approach to foreign policy always had a moral hue, because just as individuals distinguish themselves by a code of honor, so do nations. Accordingly, there are certain things that decent and honorable nations simply do not do. For example, as Foreign Minister in 1849, Tocqueville threatened the Pope, unless the Pope promised both to treat his prisoners decently and to grant popular reforms. Similarly, he stopped Baden from executing political prisoners, and he berated Russia for not allowing political prisoners to emigrate. These instances illustrate his

uma nação decide não praticar apenas respeitando seu código de honra para com as demais nações. As nações, na teoria tocquevilliana, deveriam manter uma postura de princípio aderindo seus ideais até mesmo em questões internacionais.

Ainda sobre a colonização na Argélia, após o império napoleônico a França ficou relegada a um terceiro plano no campo das relações internacionais e para voltar a ter posição de destaque precisaria expandir seu domínio e, portanto, explorar territórios no continente africano, nas Antilhas e alhures. Essa política colonial era, para a França, uma necessidade que lhe permitiria um expansionismo. Esse expansionismo assumiria um caráter estratégico, pois permitiria, aos franceses, destaque no comércio internacional e, logo, significaria a presença do país entre as nações de destaque no cenário mundial, para isso caberia à França administrar a colônia da melhor forma possível. Para Tocqueville, o melhor caminho a se seguir era a centralização política e a descentralização administrativa, mais uma vez recorrendo à importância das instituições livres.

No âmbito das relações internacionais Tocqueville usa como pano de fundo a democracia¹⁶, assim como observa Rodriguez.¹⁷ É também pela democracia que o autor aborda a colonização da Argélia, na verdade ele enxergava a Argélia como uma proposta de colonização “subjugada à luz do ideal democrático”.

conviction that nations must maintain a principled stance, adhering to their ideals even in matters of foreign policy, otherwise, their principles will fade domestically”.

¹⁶ “O pano de fundo da democracia será o marco de referencia conceitual das reflexões de Tocqueville no que tange as relações internacionais. Esse marco, alias, como já tive oportunidade de mostrar atrás, enquadra a meditação do nosso pensador em relação a problemática colonial. A Argélia e a Índia foram estudadas por ele como propostas de colonização julgadas a luz do ideal democrática.”

¹⁷ Rodriguez, R. V. *A democracia liberal segundo Aléxis de Tocqueville*, p. 26.

Como internacionalista vejo que o conceito de relações internacionais ocupa um lugar de destaque na teoria política deste pensador. Ele aborda os alicerces das relações internacionais ao abordar de forma interessada as questões de guerra e paz nas nações democráticas. Através de uma construção dialética, Tocqueville nos insere em uma argumentação sintética, mas rica.

Considerações Finais

Eu confesso que vi na América mais do que a América, eu vi a imagem da democracia mesmo, com suas inclinações, seu caráter, seus preceitos, e suas paixões, o suficiente para apreender o que devemos temer ou o que devemos esperar do progresso.
Tocqueville

Em termos de questões globalizantes este autor trata do tema das relações internacionais sob o ponto de vista de dois ângulos, de um lado o dever ser das relações entre as nações democráticas e do outro lado o que concerne aos fatos reais da história destes países. Defendendo os interesses de seu país, seus estudos se preocupavam primordialmente em preparar a França para esse fato novo, que era a igualdade de condições.

Infere-se que Tocqueville enxergava a democracia como a tendência a que todas as nações tenderiam a seguir no século XIX. Seguindo este raciocínio, as grandes potências seriam aquelas que seguissem as tendências democráticas, de liberdade, igualdade de condições e instituições livres. Em Tocqueville, a democracia não é um lugar ideal a se chegar, um fim, um projeto, “telos” a ser construído, mas antes algo real a ser vivido. Nosso autor defende a democracia porque a despeito de todos os seus vícios a democracia continua sendo a única forma de sociedade desejável porque ela conserva simultaneamente a dupla noção de liberdade política e liberdade individual.

A originalidade de suas obras foi a identificação da democracia como um fenômeno decisivo e marcante nas sociedades. Os homens devem aprender, assim como vislumbrou nosso autor francês, a fazer o uso proveitoso e pacífico da liberdade, a se submeterem voluntariamente à disciplina e conceberem um amor pela ordem, pois assim, mesmo que ocupem cargos no exército, levarão consigo estes valores, de modo que o espírito da nação estará embutido no exército e trará temperança às paixões desenfreadas dos homens com espírito guerreiro. A ordem pública refreará este instinto militante observado nos exércitos democráticos. Ao abordar a questão de guerra e paz nas nações democráticas o pensador francês dá uma lição aos governantes “basta ensinar os cidadãos a serem educados, ordeiros, firmes e livres, para os soldados serem disciplinados e obedientes”.¹⁸

Em *Pensando o político: Ensaio sobre democracia, revolução e liberdade*, Lefort fala de um Tocqueville otimista cujo otimismo se manifesta principalmente na convicção de que, para ele, cada nova geração encontrará novas armas para lutar a favor da liberdade dos homens. É mister entender que Tocqueville defende um direito que é inerente ao indivíduo que é o direito de pensar, mas um pensar não apenas no limite do político, antes, em todas as relações que o indivíduo mantém com o mundo, com os outros e consigo mesmo.

¹⁸ E livres porque, em Tocqueville, “qualquer lei que, reprimindo o espírito turbulento do exército, tenda a diminuir o espírito de liberdade da nação e a obscurecer a idéia de lei e direito, destrói seu próprio objeto, e favorece muito mais o estabelecimento da tirania militar do que a derrota” (Tocqueville, *op. cit.*, p. 322).

Bibliografia

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 3ª ed, 2ª vol. Brasília: UNB / Linha Gráfica Editora, 1991.

_____. *O problema da paz e as vias da guerra*. Unesp, 2003.

BOESCHE, Roger. *The strange Liberalism of Alexis de Tocqueville*. Cornell University Press: Ithaca and London, 1987.

BURK, James. *Recent Trends in civil – military relations*. In *The Tocqueville Review*, vol XVII, número 1, University of Toronto Press Incorporated: Canadá, 1996.

DAHAL, Robert Alan. *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

GASPAR, Carlos. *Lições de Tocqueville: Teoria das relações Internacionais*. 2005

GROTIUS, Hugo. *O Direito da Guerra e da Paz*. Vol 1, Coleção Clássicos do Direito Internacional. Editora UNIJUI, 2004.

KANT, Emmanuel. *A paz perpétua e outros opúsculo*. Lisboa: Edições 70, 1995.

_____. *O princípio Natural da Ordem Considerado em Conexão com a Idéia de uma História Cosmopolita*. Martins Fontes, 2004.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Tradução de Heitor Aquino Ferreira. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Universidade, 2001.

LEFORT, Claude. *Pensando o político: Ensaio sobre democracia, revolução e liberdade*. Tradução de Eliana M. Souza. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

NOGUEIRA, João P. *Ética e Violência na Teoria das Relações Internacionais: Uma reflexão a partir de 11 de setembro*. In *Contexto Internacional*, vol 25, número 1, pp 81 – 102, Rio de Janeiro, 2003.

OWEN, John M. *How Liberalism Produces Democratic Peace*. *International Security*, vol 19, número 2, 1994.

RICHTER, Melvin. *Tocqueville on Algeria*. In: *The Review of politics*, vol 25, July, número 3, 1963.

RODRIGUEZ, Ricardo Velez. *A democracia liberal segundo Aléxis de Tocqueville*. São Paulo: Mandarim / Instituto Tancredo Neves, 1998.

_____. *Estratégia e Política Internacional segundo Tocqueville (1805 – 1859)*. 2005.

RUBIN, James P. *Stumbling Into War*. In *foreign Affairs*, vol 82, número 5. Beacon Hill, Boston, Ma: College of Arts and sciences, Suffolk University, 2003.

RUSSET, Bruce. *Agarrando a paz democrática: princípios para um mundo Borne – Frio da guerra*. Princeton NJ: Princeton U. Pressionar, 1993.

SADER, Emir; MATTOS, Claudia. *Declarações de paz em tempos de guerra*. Trajetórias e discursos de 21 pacifistas. Editora Bom texto, 2003.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. *Democracia na América*. Organizada por Richard D. Heffner, tradução de João Miguel Pinto de Albuquerque e revista por Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, editora da Universidade de São Paulo, 1969.